

## CIDADES PEQUENAS DO TOCANTINS: CENTRALIDADES E INTERAÇÕES ESPACIAIS NA REDE URBANA

**Reges Sodré**

Universidade Federal de Goiás – UFG  
Instituto de Estudos Socioambientais Goiânia, GO, Brasil  
[regessodre@gmail.com](mailto:regessodre@gmail.com)

### RESUMO

As cidades pequenas do Tocantins, a partir de suas inserções na rede urbana, podem ser classificadas em três tipos distintos: cidades sub-regionais, que oferecem bens e serviços para diversos municípios das proximidades, atraem redes varejistas nacionais e regionais e possuem forte especialização voltada para atender as demandas do campo moderno. Algumas delas, como Guaraí, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, se transformam em cidades do agronegócio. Um segundo tipo de cidade pequena são aquelas de atuação zonal, que se destacam em alguma esfera da distribuição de mercadorias e serviços para municípios vizinhos. Por fim, há as cidades locais, cujas funções atendem de maneira precária a população do próprio município. Assim, esse trabalho tem por objetivo analisar os papéis e interações espaciais das pequenas cidades do Tocantins no segmento de rede urbana estadual. A pesquisa foi construída com revisão teórica e análise de diversos dados secundários, especialmente da publicação Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2020a), Cadastro de Empresas Exportadoras e Importadoras (BRASIL 2020b, BRASIL 2020c), Ranking Empresas Mais (ESTADÃO 2020), imagens do Google Maps, através da função Street View (2019) e de informações recolhidas nos sites de dezenas de empresas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidade pequena. Rede urbana. Tocantins.

### SMALL CITIES IN TOCANTINS: CENTRALITIES AND SPATIAL INTERACTIONS OF THE URBAN NETWORK

### ABSTRACT

From their insertions in urban networks, small cities in Tocantins can be classified into three different types. Subregional cities that offer goods and services for diverse municipalities of the proximities and also attract some regional and national retailers with strong specialization to meet the demands of the modern area. Some of them, such as Guaraí, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional are transformed in agribusiness cities. The second type of small city is the zonal action one, which works in some fields of merchandise and services distribution for neighboring municipalities. Finally, there are local cities, whose functions could serve the population of their own municipality in a precarious manner. Thus, this paper aims to analyze the roles and spatial interactions of Tocantins small cities in the segment of the urban state network. This research was made with theoretical review and analysis of several secondary data, especially the publication of Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2020a), Cadastro de Empresas Exportadoras e Importadoras (BRASIL 2020b, BRASIL 2020c), Ranking Empresas Mais (ESTADÃO 2020), Google Maps images through the function of Street View (2019) and some information obtained from the websites of dozens of companies.

**Keywords:** Small city. Urban Network. Tocantins.

### INTRODUÇÃO

As funções e interações espaciais das cidades pequenas do Tocantins têm se modificado com o avanço da fronteira agrícola e a crescente integração do estado nas dinâmicas de investimentos nacionais e internacionais. A diferenciação entre elas se acentua, com algumas ganhando cada vez mais relevo e configurando áreas de influências sub-regionais. Mas a segregação de natureza interurbana também se aprofunda, com agentes e cidades alijadas de benefícios.

Como parte desse processo contraditório, diversas cidades pequenas tocantinenses possuem funções apenas locais e, apesar de estabelecerem interações espaciais globais, dada a instalação

em seus territórios de grandes corporações do agronegócio, veem permanecer a pobreza e a desigualdade social. Há igualmente aquelas cidades que são marginalizadas das interações espaciais interescolares, faltando-lhes até mesmo ligações por rodovias pavimentadas com municípios vizinhos.

A presente pesquisa, que tem por objetivo analisar os papéis e interações espaciais das pequenas cidades do Tocantins no segmento de rede urbana estadual, foi construída principalmente com base em: a) revisão teórica sobre pequenas cidades e rede urbana, b) análise da publicação e dos microdados do estudo Regiões de Influências das Cidades, do IBGE (2020a), c) levantamento, com base em metodologia adotada por Sposito (2009), da presença dos 20 maiores grupos econômicos e dos 20 maiores grupos varejistas, com atuação no Brasil, nas cidades pequenas do Tocantins, segundo o Ranking Empresas Mais (ESTADÃO 2020), do jornal O Estado de São Paulo.

Secundariamente, utilizaram-se imagens do Google Maps, através da função Street View, ano 2019, a partir do qual foi possível percorrer as ruas das principais cidades pequenas para confirmar a presença de estabelecimentos comerciais listados no Ranking Empresas Mais (ESTADÃO, 2020), checar informações presentes nos sites das empresas, bem como identificar outros estabelecimentos que não aparecem nesse ranking.

Valeu-se também da lista das 400 maiores empresas do agronegócio, segundo Ranking da Exame, Melhores e Maiores (EXAME, 2020); da lista de empresas importadoras e exportadoras por município do Ministério da Economia; e, da relação de bases de distribuição de combustíveis líquidos autorizadas a operar no Brasil, do Ministério de Minas e Energia (BRASIL, 2020a, 2020b, 2020c), as quais nos permitiram ampliar o escopo de levantamento das corporações que atuam nas cidades pequenas.

Diante desses procedimentos metodológicos, foi possível fazer uma leitura do conjunto das cidades pequenas do Tocantins, e oferecer uma categorização das mesmas a partir de seus papéis e interações espaciais: cidades sub-regionais, macrolocais e locais. O recorte temporal está centrado na segunda década deste século, especialmente em seu final, anos de 2018, 2019 e 2020, quando dados do trabalho foram produzidos e a pesquisa realizada.

O trabalho está dividido em três seções: na primeira, revisita-se a discussão sobre cidades pequenas; na segunda, analisa-se a inserção hierárquica das cidades pequenas tocantinenses no segmento de rede estadual; e, na terceira, discorre-se sobre as interações espaciais que essas cidades passam a estabelecer quando grandes grupos econômicos se instalam em seus territórios, motivados principalmente por atividades do agronegócio.

## **CIDADES PEQUENAS, REDE URBANA E GLOBALIZAÇÃO**

As cidades pequenas são tributárias das principais dinâmicas que vêm alterando a rede urbana brasileira nas últimas décadas, entre as quais citam-se a melhoria nos meios de transporte e comunicação, viabilizando interações mais eficientes de pessoas, informações, capitais e mercadorias; a difusão social do consumo, aumentando a variedade da demanda; relativa desconcentração industrial, do comércio e dos serviços, mas com centralização espacial dos comandos; e a modernização e industrialização do campo, que envolve a incorporação de novas áreas agrícolas na Amazônia Legal (CORRÊA, 1999, 2001; SPOSITO et al 2007; SPOSITO, 2009a; REOLON, 2012).

No bojo dessas dinâmicas, as cidades pequenas, assim como as médias, são cada vez mais espaços em globalização (SPOSITO, 2009a, 2009b, 2010), mas com particularidades que precisam ser avaliadas. Primeiro, é necessário entender que, sob o termo “cidade pequena”, há uma miríade de tipos funcionais, podendo ser lugares centrais, centros especializados, reservatórios de força de trabalho, centros que vivem de recursos externos ou subúrbios dormitórios (CORRÊA, 2011). Dessa forma, é frequente que entre essas cidades existam “relações hierárquicas”, chegando algumas delas a funcionar como “polos microrregionais” (ENDLICH, 2006, p. 52).

Esse recorte de análise considera os papéis e interações das cidades como critérios de definição de cidade pequena. Sua escala de atuação chega a ser no máximo sub-regional ou microrregional, não alcançando o status regional, que já entraria no âmbito das cidades intermediárias. Nessa perspectiva, o tamanho populacional não tem um caráter definidor, mas sim o contexto regional nos quais essas cidades estão inseridas. No Tocantins, como veremos, centros com mais de 20.000 mil habitantes continuam a desempenhar papéis de cidades pequenas.

Pensando na diversidade regional de tipos de cidades pequenas, Soares et al (2004), tendo como região de estudo o Triângulo Mineiro, as classifica em grande cidade local, cidades locais e cidades pequenas. Schor et al (2007), a partir da realidade do Amazonas, propõem as categorias de cidades de responsabilidade territorial, cidades pequenas com dinâmicas externas e cidades pequenas dependentes ou especiais. Fresca (2010), dialogando com Santos (1979, 1993), classifica essas cidades para o contexto brasileiro como cidades pequenas e locais.

Verifica-se nesses estudos que boa parte das cidades pequenas que realizam algum nível de intermediação na rede urbana, atuando como centro sub-regionais, foram transformadas em “cidades do campo” (SANTOS, 1993), complexificando seus papéis e interações espaciais. Estas últimas já não são somente de tipo vertical (hierárquico), mas horizontal (entre cidades pequenas de mesmo porte ou de redes urbanas diferentes) e transversal (cidades de diversos portes e de rede urbanas diferentes) (SPOSITO, 2010).

Agentes econômicos hegemônicos saltam as escalas geográficas de suas ações, as quais se tornam cada vez mais interescares (SPOSITO, 2017). Para compreendê-las já não se trata apenas de modificar as escalas a partir das quais essas cidades se inserem, mas de “articular entre si escalas cujos âmbitos de realização social e econômica se sobrepõem, se combinam e entram em conflito simultâneo e concomitante” (SPOSITO, 2011, p. 127). São múltiplos agentes econômicos hegemônicos disputando o controle territorial desses espaços, tentando impor suas lógicas espaciais, que ora se dão pelo conflito aberto e violento, ora pelas cooperações e negociações (SANTOS, 2010).

Mas os agentes e empresas que se inserem nas dinâmicas interescares são minoritários, bem como as cidades pequenas que efetivamente participam desse processo. De um lado, há diversas cidades pequenas integradas precariamente, nas quais os tempos lentos ainda comandam boa parte das ações. Não se transformaram em cidades do campo, mas continuam a ser cidades no campo e em boa medida, dos notáveis, para usar os termos de Santos (1993). Foram criadas muito mais (e são usadas) por interesses eleitorais, ficando alijadas de qualquer infraestrutura digna desse nome.

Por outro lado, mesmo cidades amplamente inseridas nas dinâmicas do agronegócio globalizado, experimentam uma integração contraditória de seu território, que mantém a maior parte da população em estado de pobreza, submetida a ocupações precárias e, no limite, a migrações compulsórias. Esta se dá pela crescente especulação imobiliária no campo, que torna a permanência dos pequenos agricultores insustentável e por meio da expulsão violenta, que frequentemente se apoia em mecanismos jurídicos fraudulentos (ELIAS, 2006; SANTOS, 2010).

Considerando esses aspectos de pobreza e subcidadania, Roma (2008) defende e levanta cinco características da segregação socioespacial interurbana vivenciada pelas cidades pequenas: prevalência do circuito inferior da economia; ser considerada uma cidade local; depender das relações interurbanas para suprir suas necessidades de acesso aos meios de consumo coletivo e privado; apresentar elementos que levem ao questionamento da existência do caráter urbano de seu espaço.

Santos (2014, p. 107) afirma que “cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território”. Em seguida, sugere que a possibilidade de cidadania para aqueles que vivem nas cidades pequenas é muito mais reduzida, porque nestas localidades “os organismos do Estado e as autoridades públicas dispõem não raro de um poder apenas formal, dada a inexistência de meios financeiros e decisórios”, fazendo com que “a população” fique em situação de fragilidade, sendo pior nas cidades pequenas de regiões periféricas, já que “quanto mais longe dos centros de poder, mais difícil ouvir a própria voz” (SANTOS, 2014, p. 118-119).

Dessa forma, as centralidades e interações espaciais das pequenas cidades são muito variáveis, pois vão desde centros que conseguem suprir demandas dos seus próprios moradores e de territórios vizinhos, estabelecendo interações interescares, àquelas cujas fragilidades de suas economias é incapaz de atender a própria população, que fica jogada à sorte, principalmente os mais pobres, que são privados de direitos básicos. O uso do território pelos agentes econômicos hegemônicos é seletivo e pontual, sendo decisivo para os papéis que essas cidades exercem na rede urbana, como veremos a seguir no caso do Tocantins.

## **HIERARQUIA URBANA E CENTRALIDADES DAS CIDADES PEQUENAS DO TOCANTINS**

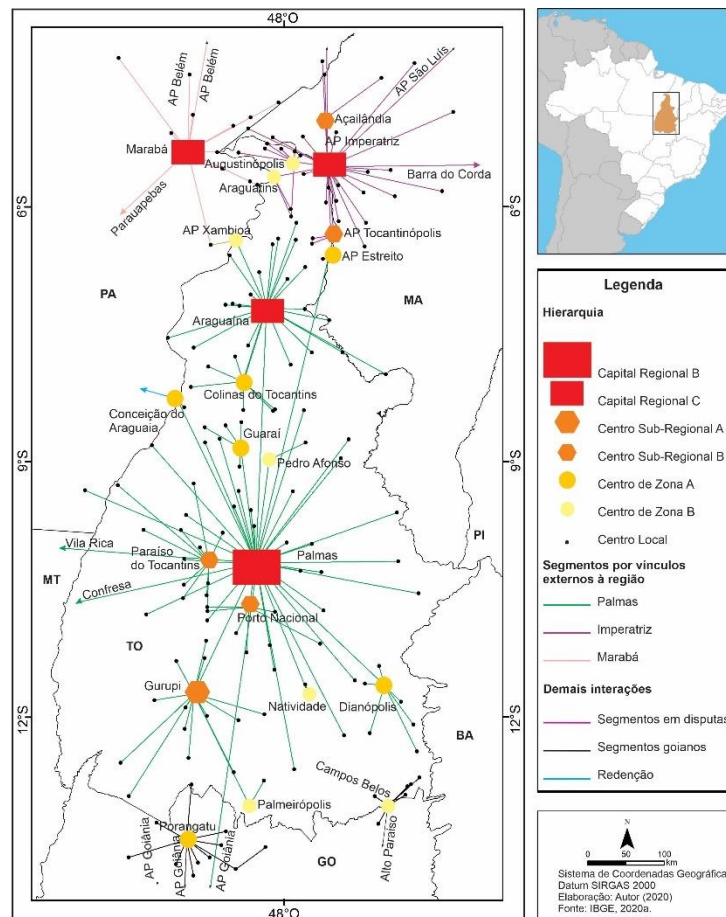
O segmento de rede urbana do Tocantins encontra-se hierarquizado, tendo no topo a capital Palmas, que foi classificada pelo IBGE (2020a), como Capital Regional B, cuja área de atuação cobre quase a

extensão do estado e em algumas áreas, como a oeste, adentra nos estados do Pará e Mato Grosso (vide figura 1). Em seguida, aparece a cidade de Araguaína, classificada como Capital Regional C, polariza a região centro-norte do estado. A terceira cidade mais importante é Gurupi, classificada como Centro Sub-regional A, e tem atuação no sul do Tocantins (IBGE, 2020a).

Palmas, além das atividades administrativas, é referência na oferta de serviços de alta complexidade em saúde, transporte (rodoviário e aéreo) e educação (ensino superior). É o centro estadual com maior atração dos grandes grupos econômicos nacionais e varejistas. Araguaína, além de referência em serviços de saúde e educação, se destaca pela oferta de insumos para o agronegócio, o mesmo se verificando em relação a Gurupi (SODRÉ e RAMIRES, 2017; IBGE, 2020a). Conforme destacou Sodr e e Ramires (2017), essas três cidades exercem papéis de intermediação na rede urbana, ligando as cidades pequenas a grandes cidades fora do estado.

A partir dessas três cidades principais, o segmento de rede se acha fragmentado em uma multiplicidade de cidades classificadas pelo IBGE (2020a) como Centros Sub-Regionais B (Para s do Tocantins, Porto Nacional e o AP<sup>1</sup> de Tocantinópolis), Centros de Zona A (Dianópolis, Guaraí e Colinas do Tocantins) e Centros de Zona B (Araguatins, Augustinópolis, AP de Xambioá, AP de Pedro Afonso, Natividade e Palmeirópolis). Adicionalmente, têm-se os centros locais, que exerceriam funções somente sobre seus municípios (vide figura 1).

Figura 1 - Regiões de influência das cidades no segmento de rede do Tocantins, 2018.



Fonte - IBGE, 2020.

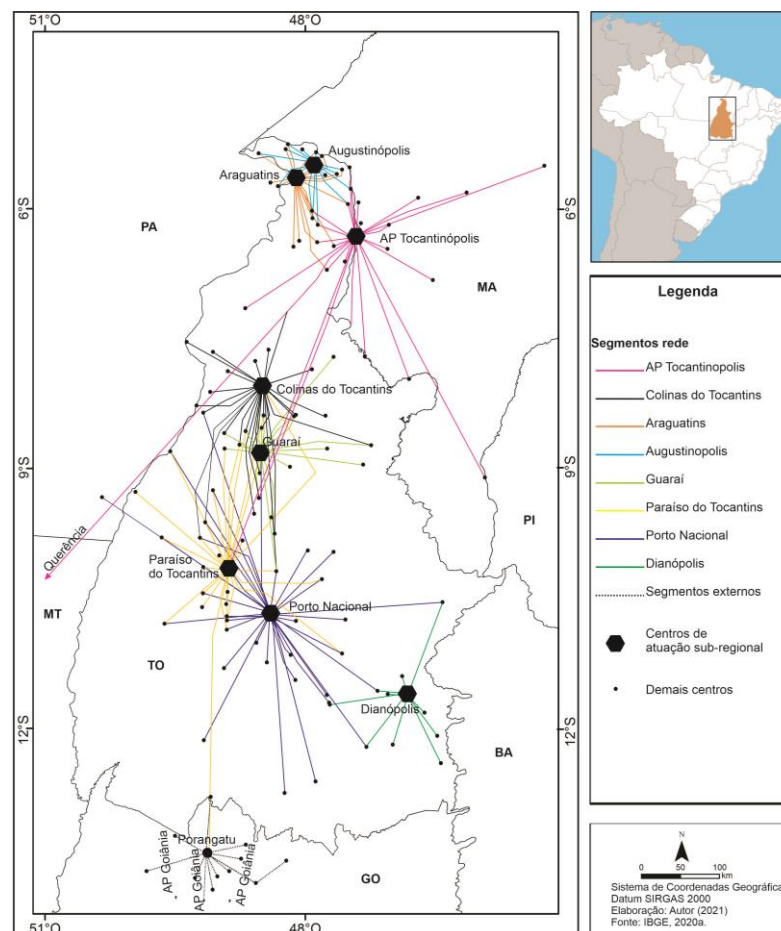
No entanto, quando se observam os dados desagregados, ou seja, o conjunto de ligações temáticas da publicação Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2020a),   possível identificar oito cidades

<sup>1</sup> O IBGE (2016, p. 22) define um AP (Arranjo Populacional), como “o agrupamento de dois ou mais municípios onde há uma forte integração populacional devido aos movimentos pendulares para trabalho ou estudo, ou devido à contiguidade entre as manchas urbanizadas principais”.

com atuação sub-regional no Tocantins, sendo elas Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, AP Tocantinópolis, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Guaraí, Araguatins e Augustinópolis, conforme figura 2. Considerando esses dois recortes de análise (dados principais e temáticos)<sup>2</sup>, passamos a analisar as funções desempenhadas por essas cidades.

Paraíso do Tocantins, com 51.891 habitantes, é a cidade pequena que possui a mais extensa sub-região de influência, com 12 municípios, os quais possuem 109.231 habitantes e PIB de 2.293.729 bilhões de reais. Já Porto Nacional, com 53.316 habitantes, é a cidade pequena mais populosa e sua região de influência abrange sete municípios, cuja população é de 78.331 pessoas e PIB de 2.220.337 bilhões de reais (IBGE, 2020a, 2020c; vide tabela 1 e figura 1).

Figura 2 - Síntese das ligações temáticas dos centros sub-regionais tocantinenses (2018).



Fonte - IBGE (2020a).

A atuação sub-regional de Paraíso do Tocantins e Porto Nacional a longo prazo se anuncia problemática. A primeira está 74 km ao oeste de Palmas e estabelece sua sub-região de atuação justamente no sentido ocidental, ou seja, na porção mais distante dessa cidade. No entanto, sua influência já se vê erodida pela atuação da capital, como mostra o exemplo de Abreulândia, que em

<sup>2</sup> Os dados principais estruturam o estudo Regiões de Influência das Cidades, e são compostos por um questionário (módulo principal) e informações de gestão pública e empresarial (constituída por dados secundários). Os dados temáticos se referem somente ao questionário (módulo principal e agropecuário), o qual releva apenas as ligações de proximidade. O módulo principal é composto por 10 temáticas: "compras de vestuário e calçados; móveis e eletroeletrônicos; serviços de saúde de baixa, média e alta complexidades; ensino superior; atividades culturais e esportivas; uso de aeroporto; e a origem dos jornais que circulam no Município. Um 10º tema foi adicionado aos resultados do questionário a partir da pesquisa Ligações Rodoviárias e Hidroviárias 2016" IBGE (2020a, p. 75). O módulo agropecuário perguntou sobre quatro temas: destino da produção agropecuária, consumo de máquinas, insumos e assistência técnica.

2007 se vinculava mais a Paraíso e, em 2018, passou a se conectar mais com Palmas (IBGE, 2008, 2020a).

Já Porto Nacional está situada 58 km ao sul de Palmas e estabelece sua sub-região na porção meridional de seu município, mas esta já possui “buracos”, criados pela capital, como mostra a influência desta sobre Santa Rosa do Tocantins e Silvanópolis (TOCANTINS, 2020; IBGE, 2020a). Assim, à medida que a profecia de Sobrinho (2013, p. 144) se cumprir, segundo a qual a capital “não deverá permanecer por muito tempo na condição de cidade média”, uma vez que pelos seus atuais padrões de crescimento e funções “é iminente [...] que subirá para o patamar hierárquico das grandes cidades”, a tendência é que esses centros sub-regionais percam essa condição.

Tabela 1 - Economia e população das principais cidades pequenas do Tocantins, 2020.

Cidade				Região		
Centros	Hierarquia na REGIC 2020	População residente estimada para 1 de junho de 2020	PIB 2018 a preços correntes (R\$ 1.000)	População residente estimada para 1 de junho de 2020	PIB 2018 a preços correntes (R\$ 1.000)	Municípios segundo REGIC 2020
Paraíso do Tocantins	Centro-Sub Regional B	51.891	1.230.450	109.231	2.293.729	13
Porto Nacional	Centro-Sub Regional B	53.316	1.677.465	78.331	2.220.337	7
AP Tocantinópolis	Centro-Sub Regional B	46.937	822.211	53.301	1.044.610	2
Colinas do Tocantins	Centro de Zona A	35.851	726.144	54.810	1.093.577	7
Dianópolis	Centro de Zona A	22.424	347.681	54.092	741.744	7
Guaraí	Centro de Zona A	26.165	651.472	40.375	1.006.748	5
Araguatins	Centro de Zona B	36.170	426.292	43.845	506.656	2
Augustinópolis	Centro de Zona B	18.643	253.786	54.698	576.386	7

Fonte - IBGE, 2020.

Esses centros poderão continuar tendo *porte* de centros sub-regionais, em termos de população ou se transformarem em cidades de *porte* médio, mas não terem funções sub-regionais ou regionais. No caso de Porto Nacional, não é exagero conjecturar a radicalização de sua especialização produtiva que ora se avulta, voltada para oferta de bens e serviços ao agronegócio e nó logístico da produção de soja e distribuição de petróleo.

Nessas duas cidades, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, quando se olham os resultados temáticos do IBGE (2020a), verifica-se que a primeira atrai 27 cidades, especialmente como destino da produção do campo, oferta de serviços de transporte e de saúde de média e baixa complexidade; enquanto Porto Nacional atrai 34 centros, notadamente nos segmentos de saúde de baixa e média complexidade; transporte, aquisição de insumos e destino da produção agropecuária (vide figura 2).

Na região central do Estado, Guaraí e Colinas do Tocantins, localizadas às margens da rodovia Belém-Brasília, e separadas por 88 km de distância, disputam o comando de toda essa sub-região central do estado, que vai no sentido norte-sul, de Rio dos Bois a Nova Olinda e no sentido leste-oeste, de Couto Magalhães a Itacajá. Essas duas cidades, além de ora concorrerem entre si e ora se

complementarem, têm suas sub-regiões espremidas pela atuação de Araguaína a norte e de Palmas a sul.

Entre 2007 e 2018, a capital capturou oito cidades da região de Guaraí, sendo elas AP Pedro Afonso (Tupirama e Bom Jesus do Tocantins), Santa Maria do Tocantins, Recursolândia, Centenário, Goianorte e Colmeia. Atualmente a rede de Guaraí tem cinco cidades, com população de 40.375 habitantes e PIB de 1.006.748 bilhões de reais (vide tabela 1, IBGE, 2008, 2020a, 2020c).

Já a sub-região de Colinas do Tocantins também sofreu perda de influência, como ilustra o caso de Juarina, cujo comando passa a ser disputado junto a Conceição do Araguaia-PA, e Itacajá, que passou a ter também a influência capturada por Palmas. Atualmente, este município, que tem 35.851 pessoas, subordina 6 centros, com região composta por 54.810 habitantes e PIB de 1.093.577 bilhões de reais (IBGE, 2008, 2020a, 2020c).

Esse quadro não significa que essas cidades deixaram de exercer qualquer influência sobre os centros “perdidos”. Como demonstra os dados temáticos, Guaraí exerce algum nível de influência sobre 19 cidades, tendo como principais baluartes a oferta de eletrodoméstico, vestuário, transporte, maquinário agrícola, assistência técnica, insumos para agropecuária e destino da produção rural (IBGE, 2020a; vide figura 2).

Colinas do Tocantins exerce atração sobre 34 cidades, especialmente nos segmentos de transporte, atividades culturais e ensino superior. Essa cidade possui faculdades particulares que, além de ofertar ensino a distância, oferecem cursos presenciais de direito e psicologia. Existem, inclusive, ônibus que saem de municípios vizinhos próximos levando estudantes, como é o caso de Araguaína.

Na região do Bico do Papagaio, há três cidades que disputam a condição “soberana” de centros sub-regionais, Araguatins, Augustinópolis e o AP de Tocantinópolis (vide figura 1 e 2). Essas cidades, no entanto, possuem dificuldade de se consolidarem, porque, além da proximidade entre elas, não estão distantes de Imperatriz, Marabá e Araguaína, e isso em uma região cuja “fluidade territorial” (ARROYO, 2015, p. 84) é relativamente acentuada (IBGE, 2016, 2020a; TOCANTINS, 2020).

A cidade de Augustinópolis aparece na classificação das regiões de influência (figura 1 e tabela 1) com uma sub-região bem definida, influenciando seis cidades, todas situadas ao norte de seu território. Essa cidade, no entanto, sofre com a forte influência de Imperatriz, já que estão distantes apenas 64 km, e ao mesmo tempo tem com ela intensas ligações, uma vez que são cerca de 233 saídas semanais de linhas de transporte coletivo (ônibus e vans) daquela com destino a esta cidade média maranhense (IBGE, 2017).

Quando se consideram somente os fluxos temáticos (figura 2), a cidade de Augustinópolis expande sua influência em uma espécie de corredor paralelo ao rio Tocantins, esbarrando a oeste na influência de Araguatins e a sul na do AP de Tocantinópolis; os principais destaques de sua expansão nessa perspectiva são os serviços de saúde de baixa e média complexidade, já que na mesma existe um Hospital Regional (IBGE, 2020a).

O domínio de Tocantinópolis e Araguatins, em princípio, é anêmico, pois exercido apenas sobre dois municípios do entorno imediato, o que os aproximaria da condição funcional macrolocal (vide figura 1 e tabela 1). Mas essas cidades desempenham importantes papéis quando se olha para desagregação temática, e passam a influenciar, respectivamente, 27 e 20 centros (IBGE, 2020a) Como se verifica na figura 2, a feição da rede de Araguatins se expande ao sul, enquanto a de Tocantinópolis se expande com descontinuidade territorial.

A descontinuidade da rede do AP Tocantinópolis se deve a dois motivos principais, de um lado, as atividades esportivas que aí são desenvolvidas atraem fluxos de diversos lugares, uma vez que a equipe de futebol que leva o nome da cidade é uma das principais do estado; de outro lado, o pátio multimodal da ferrovia norte-sul, localizado em Porto Franco, é destino de fluxos de grãos de cidades do agronegócio de Tocantins, Pará e Maranhão. Além disso, esse AP é destaque na oferta de transporte e de ensino superior, com presença de campus da Universidade Federal do Tocantins (IBGE, 2020a).

No sudeste do estado, a cidade de Dianópolis não tem a concorrência de nenhuma cidade importante em sua proximidade. Mas trata-se de uma região com baixa dinâmica econômica, de sorte que sua influência direta se dá sobre seis cidades locais, cuja população alcança somente 54.092 pessoas e o PIB é de R\$ 741.744 (IBGE, 2020a, 2020c; vide figura 1 e tabela 1). Mas quando se olha o conjunto dos dados temáticos, a atuação de Dianópolis abarca mais quatro cidades, sendo elas Almas,

Conceição do Tocantins, Mateiros e Natividade (vide figura 2). Estas procuram aquela para serviços de ensino superior, atividades esportivas, culturais e transportes (IBGE, 2020a).

Essa região leste/sudeste do Tocantins é aquela onde as rodovias apresentam a maior precariedade. Forma-se um corredor extenso a partir de Palmeirante, na margem direita do rio Tocantins, até São Salvador do Tocantins, onde há algumas rodovias estaduais em processo de pavimentação e diversas outras com leito natural. Dessa forma, sete cidades locais nessa região não são conectadas por rodovias pavimentadas: Taipas do Tocantins, São Félix do Tocantins, Mateiros, Lizarda, Rio Sono, Centenário, Recursolândia e Itacajá (TOCANTINS, 2020).

Apesar dessas dificuldades de mobilidade, as cidades locais interagem com múltiplos centros em busca de bens e serviços como ilustra o emaranhado de linhas da figura 2. Isso é mais verdadeiro naquelas que estão no entorno da rodovia Belém-Brasília, região do estado em que se concentra a maior densidade de deslocamentos e na qual os custos são mais baratos (IBGE, 2017). Aí as ligações se dão tanto entre cidade locais, como entre estas e os centros sub-regionais.

Estes últimos possuem relevantes índices de proximidade, facilitando o acesso dos centros locais a eles e às cidades médias da região. Mas também são fundamentais como centros de intermediação que dão acesso às metrópoles de Goiânia e Belém. Esses centros sub-regionais possuem os mesmos índices de intermediação de cidades médias como Araguaína e Gurupi (IBGE, 2017).

Portanto, a população (especialmente suas frações mais pobres), das cidades locais, distantes da rodovia Belém-Brasília, enfrenta maior dificuldade de acesso a bens e serviços. Isso se reforça também pela maior raridade de centros sub-regionais nas margens do estado do Tocantins, ficando elas mais dependentes de cidades macrolocais, as quais têm baixa capacidade de atender as demandas dessas populações.

Se nas cidades locais mais próximas da rodovia é válida a afirmação de Santos (2011, p. 192), segundo a qual os “pobres de recursos são prisioneiros do lugar, isto é, dos preços e das carências locais. Para esses, a rede urbana é uma realidade onírica, pertence ao domínio do sonho insatisfeito”, mesmo que “também seja uma realidade objetiva”, isso é ainda mais verdadeiro em relação aos centros locais isolados de rodovias pavimentadas e mais distantes da área central do estado.

Nessas cidades locais tocantinenses, conforme Sodré (2016), as dificuldades começam pelo acesso à alimentação e não só pelos preços elevados, mas, pela pouca diversidade e mesmo ausência de alguns produtos. Os supermercados, resumidos a pequenas mercearias, oferecem alimentos perecíveis, como verduras e frutas, apenas uma ou duas vezes por semana, fazendo com que o estoque se esgote rapidamente ou fique apenas produtos estragados e de baixa qualidade.

É comum se chegar a esses estabelecimentos e perceber o local reservado a verduras e frutas vazios. Da mesma forma, nas prateleiras faltam comumente produtos de higiene e de gêneros alimentícios. Sobre arroz e feijão, não é raro que existam apenas duas ou três marcas, tornando o cidadão preso tanto ao preço como à qualidade da mercadoria ofertada (SODRÉ, 2016).

Outra carência cotidiana, segundo o autor, é a dificuldade de ter acesso a medicamentos, já que as farmácias oferecem apenas aqueles de primeiras necessidades e quase sempre nas opções de similar e genérico. Quem faz tratamento nos centros médios ou metropolitanos tem que daí importar os medicamentos, o que em boa parte das vezes dificulta a realização completa da prescrição médica.

Para tentar superar essas dificuldades, estratégias espaciais são adotadas pelos cidadãos mais pobres: pedir a parentes que residem em cidades médias ou sub-regionais que comprem estas mercadorias (remédios e alimentos) e enviem; se deslocarem até uma cidade maior e fazer uma compra com duração de meses, o que não os impede de serem privados de alimentos perecíveis; se associar com vizinhos que possuem carros para que tragam as compras mensais da cidade maior (SODRÉ, 2016).

Os cidadãos com maior poder aquisitivo usam as cidades locais muito menos, restringindo-se àqueles casos de urgência, uma vez que são assíduos frequentadores de centros médios. Nesse grupo, há intenso uso da internet para fazer aquisição de eletrônicos, eletrodomésticos, móveis e vestuários, fugindo assim dos preços e taxa de juros altos cobrados no mercado local, o que não é possível para os mais pobres, que a começar têm acesso precário a transporte e internet (SODRÉ, 2016; IBGE, 2017, 2020a).

Entre esses dois tipos de cidade, sub-regional e local, há ainda um de nível intermediário, que podemos chamar de macrolocal, uma vez que agregam uma pequena porção de bens e serviços



capazes de influenciar municípios vizinhos, conforme indica a análise dos dados temáticos do questionário do IBGE (2020a). Identificamos nesse grupo oito cidades, sendo elas AP Xambioá, AP Pedro Afonso, Natividade, Palmeirópolis, Arraias, Ananás, Miranorte e AP Miracema do Tocantins.

Pode-se ilustrar isso com os casos de Ananás, AP Xambioá e Arraias. O primeiro é a principal referência para consumo de eletroeletrônicos e destino da produção do município vizinho de Riachinho; é também o maior fornecedor de insumos para produção agropecuária de Angico. Já o AP Xambioá é procurado por Piçarra para compras no varejo, de eletrodomésticos e serviços financeiros; de Araguaína surge a demanda por serviços públicos, como a Agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Por fim, Arraias, que possui campus da Universidade Federal do Tocantins, é referência no ensino para os municípios vizinhos e na oferta de saúde de baixa e média complexidade no Hospital Regional de Arraias (IBGE, 2020a).

Essas cidades são confluências de demandas consideradas no limiar das primeiras necessidades, uma vez que os centros locais são incapazes de realizá-las. Assim, possuem um supermercado mais completo; uma agência de um banco estatal que possibilita movimentações financeiras (saque, pagamento e financiamento); uma loja de eletrodoméstico que oferece crédito; oficina que possibilita resolver problemas básicos ou ainda um veterinário que prescreve um medicamento para o pet (BRASIL, 2019; IBGE, 2018, 2020a).

Esses centros macrolocais são beneficiados pela posição geográfica que ocupam em relação às redes técnicas rodoviárias. De um lado, alguns municípios vizinhos se encontram em relativo isolamento (exemplo de Piçarra em relação ao AP Xambioá e Conceição do Tocantins para Natividade), fazendo com que o macrolocal seja a opção mais acessível para acesso a bens e serviços. De outro lado, essa mesma posição, que às vezes se associa à localização às margens de rodovias federais, como nos exemplos mobilizados, faz com que essas cidades sejam pontos de intermediação que dão acesso às cidades médias (IBGE, 2017, TOCANTINS, 2020).

As diferenças entre os três tipos de cidades ocorrem também no grau de urbanização: nos centros sub-regionais, 85% da população em 2010 residia no espaço urbano; nos centros macrolocais, 74,66% da população residente na cidade, e nos centros locais, apenas 62,08% dos residentes estavam no espaço urbano. Enquanto nos dois primeiros tipos de cidades nenhuma tem população urbana menor que a rural, neste último, composto por 116 centros locais, 22 possuem população rural maior que a urbana.

Percebe-se por esses resultados que as cidades pequenas passam por um esvaziamento de seus papéis de controle do território, por isso que suas regiões de influência se reduzem, enquanto as das cidades médias se ampliam, especialmente Palmas. Assim, os papéis regionais que desempenham são melhor observados quando se olha para os dados temáticos. Como visto, elas cumprem importantes funções geralmente em três temáticas, sendo uma delas, quase sempre, ligada à modernização do campo.

À essas funcionalidades hierárquicas se associam, nas cidades pequenas de Tocantins, a inserção em processos econômicos nacionais e internacionais, os quais as colocam em um conjunto de interações espaciais interescares. Esses vetores nacionais/internacionais ora reforçam papéis de lugares centrais, ora de lugares especializados no atendimento a demandas do campo modernizado, como veremos na próxima seção.

## **AS INTERAÇÕES ESPACIAIS DAS CIDADES PEQUENAS DE TOCANTINS**

O trabalho de Sondré e Ramires (2017) demonstrou que os principais focos de interesse dos grandes grupos econômicos quando investem no Tocantins estão concentrados nas três principais cidades, Palmas, Araguaína e Gurupi. Alertavam que poucas cidades pequenas eram capazes de atrair grandes grupos econômicos e redes varejistas nacionais, mas, quando isso se dava, uma das razões principais eram as demandas do agronegócio, destacando-se Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins, Porto Nacional e Pedro Afonso.

Diante disso, ao se observar os dados sobre os 20 maiores varejistas, fica perceptível que essas empresas adotam poucas cidades pequenas como escolhas locais no Tocantins, o que nem sempre é verdade no caso de outros estados. Isso se deve ao baixo contingente populacional dessas cidades tocantinenses, tanto do núcleo central, como de suas regiões de influências e a precariedade da distribuição de renda, o que reduz a possibilidade de atuação das empresas.

Ainda assim, quatro cidades sub-regionais, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Colinas do Tocantins e Araguatins, acolhem dois grupos, Lojas Americanas e Pague Menos, que estão entre os 20 maiores varejistas com atuação no Brasil. As duas primeiras cidades contêm essas duas empresas, enquanto as últimas somente as Lojas Americanas. Embora essas lojas estejam associadas ao atendimento do público das próprias cidades em que se instalam, pelas profundas carências da região, elas reforçam as centralidades sub-regionais da cidade central (ESTADÃO, 2020; PAGUE MENOS [ca. 2021]; LOJAS AMERICANAS, [ca. 2021]).

Paraíso do Tocantins é o centro sub-regional que oferece uma rede de bens e serviços melhor estruturada e especializada no setor de varejo. Além dos já mencionados, há redes nacionais e regionais de atuação nos segmentos de vestuário e eletrodoméstico, tais como Lojas Avenidas, Lojas Economia, Borboleta Outlet, Ricardo Eletro, Novo Mundo e Liliani (MAPS 2019; IBGE 2020a, LOJAS AVENIDAS [ca. 2021]; NOVO MUNDO, [ca. 2021]).

Nos outros centros, a presença de lojas de eletrodomésticos e vestuários cuja atuação seja em rede, é menor, com destaque para Colinas do Tocantins, que possui a Liliani e Novo Mundo, que também atua em Guaraí e Porto Nacional (MAPS, 2019; NOVO MUNDO, [ca. 2021]). Refletindo os tímidos dados das sub-regiões, referente ao contingente populacional e do Produto Interno Bruto, as cidades de Augustinópolis e Dianópolis não conseguem atrair nenhum dos grupos varejistas mencionados até aqui.

Nesse aspecto, de grupos varejistas, nota-se que não há lógicas econômicas importantes que partam das cidades pequenas em direção a centros maiores ou ao conjunto de cidades pequenas da sua sub-região; quando surgem filiais, se restringem a um ou dois municípios do entorno. Ao contrário, o que se vê é o arvoreamento de empresas regionais, com sede nas cidades médias do Estado, abrindo filiais nos centros sub-regionais e os tendo como base de sua atuação, crescimento e expansão.

Dois exemplos ilustram essa submissão das cidades pequenas aos centros médios no segmento varejista. O primeiro é o do Grupo Nosso Lar, com sede em Araguaína, é a empresa tocantinense mais importante no segmento de eletrodomésticos, sendo a segunda em contribuição de ICMS do Estado (TOCANTINS, 2016), tendo atuação no Maranhão, Pará e Bahia. Adota como localização estratégica, além dos centros regionais, aqueles sub-regionais, como Colinas do Tocantins, Araguatins, Guaraí, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins (NOSSO LAR [ca. 2021]).

No segmento de supermercado, a maior rede tocantinense é o Quartetto Supermercados. O grupo surgiu em Palmas em 1999, e em 2011 iniciou sua expansão para a cidade de Porto Nacional, em 2015, entrou no mercado da cidade média de Gurupi, e em 2017, avançou com uma filial em Paraíso do Tocantins. No final de 2020, os empresários dessa rede se reuniram com o secretário de indústria, comércio e serviços, em busca de incentivos fiscais para abertura de novas unidades pelo estado em 2021 (QUARTETTO SUPERMERCADOS, [ca. 2021]).

Essas empresas visam ao mercado consumidor dos centros sub-regionais e toda sua área de atuação. Não por acaso, a Nosso Lar, com frota de caminhões própria, adotou a política de entrega com distâncias que podem ultrapassar os 100 km da loja, inclusive em áreas rurais, o que viabiliza o acesso a bens que o consumidor de menor renda teria mais dificuldade se tivesse de arcar com os custos de transporte. A estratégia espacial da empresa vai da escolha do centro para abertura de uma filial, ao planejamento para atender a região (NOSSO LAR [ca. 2021]).

As cidades macrolocais e locais não são capazes de atrair para seus territórios nenhum grupo regional varejista importante e muito menos redes de atuação nacional e internacional. Esse dado reforça a proposição que essas cidades apresentam centralidades mais próximas do limiar mínimo de oferta de bens e serviços, enquanto os centros sub-regionais se aproximam, no Tocantins, de funções desempenhadas pelas cidades médias.

Quando se realiza um recorte para os 20 maiores grupos econômicos atuantes no Brasil, essa realidade se reforça, mas as cidades locais surgem com alguma relevância em virtude das empresas do agronegócio. Porto Nacional atrai cinco grandes empresas, duas relacionadas ao agronegócio, Bunge e Cargill, e três que atuam na logística da distribuição de petróleo, BR Distribuidora, Raizen e Ipiranga. Esse centro, além de ser uma cidade do agronegócio, como se defende a seguir, é o principal nó logístico no Tocantins para distribuição de combustível (ESTADÃO, 2020, BRASIL, 2020a, 2020c).

Cidades como Campos Lindos e AP Pedro Afonso atraem unidades da Bunge e Cargill e Paraíso do Tocantins, indicando sua força no segmento pecuarista, tem planta da BRF. Além disso, essa cidade

tem um estabelecimento autorizado da empresa de telecomunicação Vivo, que reforça seus papéis no segmento de prestação de serviços para cidades vizinhas (ESTADÃO, 2020, BRASIL, 2020a, 2020c).

Efetivamente, ao se aprofundar esse recorte, das relações geradas pelas atividades do agronegócio, observa-se que a inserção das cidades pequenas do Tocantins na rede urbana se modifica, pois algumas delas passam a se inserir de maneira intensa em redes nacionais e internacionais, ainda que de maneira subordinada, mais para reafirmar suas condições de regiões do fazer do que propriamente do mandar, nos termos de Santos e Silveira (2006).

A principal forma de inserção de muitas cidades é por meio de atividades funcionais ao agronegócio. Assim multinacionais se instalam em seus territórios para controlar o destino da produção agrícola, o financiamento, bem como oferecer os parâmetros pelos quais ela deve ser produzida. Estão ligadas ao cultivo de soja e milho, que exigem uma multiplicidade de unidades de armazenamento descentralizadas, fazendo com que grandes empresas tenham presença em diversas cidades locais com alta produção de grãos.

A figura 3 localiza as cidades nas quais há maior quantidade de empresas de atuação regional, nacional e internacional. Em Colinas do Tocantins, Araguatins e Augustinópolis constatou-se apenas a presença de um grupo regional, a Terrafós Produtos Agropecuários e Nutrição Animal. Foi fundada em 1998 em Araguaína e tem aí sua matriz (são duas lojas) e uma fábrica de produção criada em 2012, com capacidade produtiva de 120 toneladas/dia. Concentra a produção em rações e suplementos minerais voltados para bovinos de corte, de leite e equinos. Junto à venda desses produtos, há assistência técnica com técnicos agrícolas, agrônomos e médicos veterinários. Possui área de atuação, além do Tocantins, no Pará e Maranhão (TERRAFOS, [ca 2021]).

As sub-regiões desses três centros, Colinas do Tocantins, Augustinópolis e Araguatins, são produtoras de bovinos de corte, estimulando que essas cidades sejam referência na oferta de insumos para a pecuária. Escapa, no entanto, a oferta de maquinário e a centralidade do destino da produção agropecuária, que está concentrada nas cidades médias, como Araguaína, através de frigoríficos de atuação nacional e internacional, como JBS e Minerva (BRASIL, 2020c; IBGE, 2019, 2020a).

Mas os frigoríficos eventualmente se localizam em cidades locais, colocando-as em relação direta com a escala nacional e internacional. Esse é o caso de Nova Olinda, situada entre Araguaína e Colinas do Tocantins, foi escolhida para ter uma unidade frigorífica do Masterboi, que possui sede em Recife-PE. Essa empresa transforma essa cidade no destino da produção de oito municípios e a coloca no mapa das exportações de carnes brasileiras (BRASIL, 2020c, IBGE, 2020a, MASTER, [ca, 2020]).

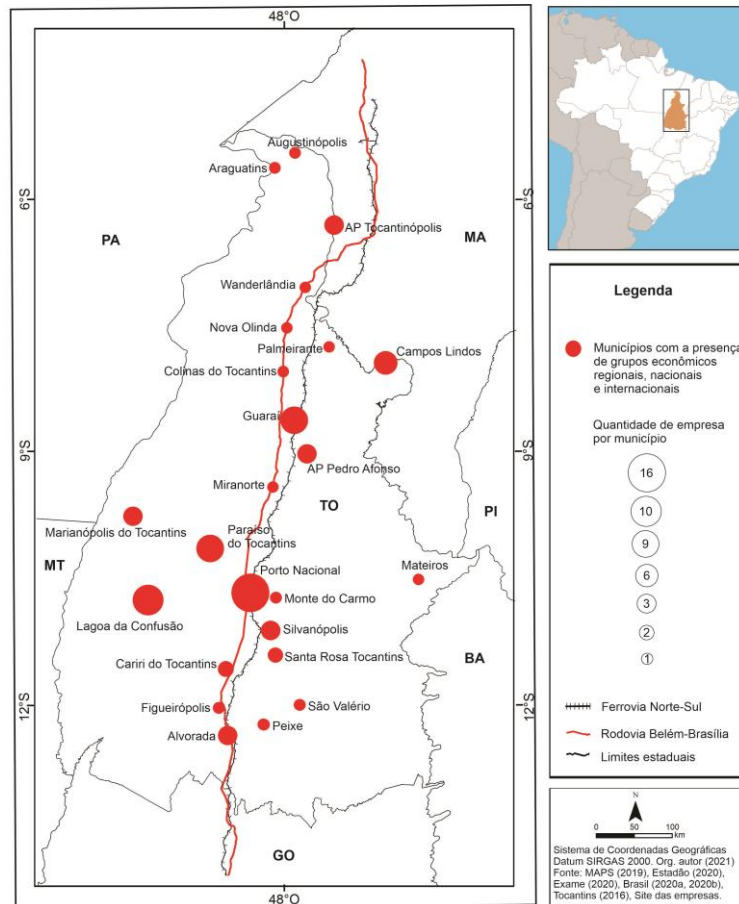
A inserção das cidades pequenas, cujos municípios são grandes produtores de grãos, nas redes ligadas ao agronegócio é muito mais intensa do que estas atinentes à pecuária. Nesse caso, as empresas têm uma atuação mais centralizada, já no segmento de grãos elas se instalam em uma multiplicidade de municípios na região centro-sul do estado, cinturão produtor de soja e milho (vide figura 3). Todavia, essa atuação não aprofunda as centralidades, em virtude da baixa quantidade e da natureza das empresas, altamente especializadas, atuando diretamente na produção, armazenamento e transbordo, não raramente no espaço rural.

Esse é caso de Peixe e São Valério, que possuem cada, uma unidade de armazenamento da Granol e Figueirópolis tem silos e escritório da Amaggi. O mesmo se verifica em Mateiros (Agrícola Rio Galhão – armazenamento e fazenda), Santa Rosa do Tocantins (Nova Agri - armazenamento e Fiagril – comercialização) e Palmeirante (Nova Agri – transbordamento) (MAPAS 2019, BRASIL 2020c, AMAGGI, [ca. 2021], GRANOL [ca. 2021], NOVA AGRICOLA [ca. 2021], FIAGRIL [ca. 2021]).

O AP Pedro Afonso não tem destaque na atração desses grandes investidores, como se observa na figura 3. Ele aparece só com três empresas, sendo que uma delas está em Tupirama (Nova Agri – armazenamento). As outras duas são as maiores do setor e têm atuação intensa no município, a Bunge possui uma usina de cana de açúcar, escritório comercial e unidade de armazenamento, e a

Cargill tem unidades de armazenamento e escritório comercial (BRASIL, 2020b, 2020c, MAPS, 2019, CARGILL [ca. 2021], BUNGE [ca. 2021]).

Figura 3 - Grandes grupos econômicos do agronegócio nas cidades pequenas do Tocantins (2021).



Fonte - MAPS (2019), Estadão (2020), Exame (2020), Brasil (2020a, 2020b), Tocantins (2016), Site das empresas.

Em uma posição mais diversificada estão as cidades que contam com três grupos econômicos, como é Alvorada, que possui uma concessionária da New Holland, uma planta frigorífica do Boi Brasil, armazém e escritório comercial da gigante estadunidense CHS. Já a cidade de Marianópolis conta com uma concessionária da CASE IH, uma unidade de armazenamento da Granol e uma loja da Uniagro, distribuidora autorizada da multinacional alemã Bayer (MAPS, 2019, UNIAGRO, 2019; CASE IH [ca. 2021], NEW HOLLAND [ca. 2021], GRANOL [ca. 2021], CHS, [ca. 2021], BOI BRASIL [ca. 2021]).

A cidade de Campos Lindos, no extremo leste do estado, atrai diversas multinacionais, como Bunge, Cargill, Agrex do Brasil, concessionária da John Deere, e empresas nacionais/regionais, como a Uniggel Sementes, Agrominas e a Produtécnica Nordeste (SODRÉ 2016, MAPS 2019, BRASIL 2020c). Mas, ao contrário do que se poderia imaginar à primeira vista, essa urbe não pode ser classificada como uma cidade do agronegócio, nos termos de Elias (2011).

O conceito de cidade do agronegócio tem recebido no Tocantins um tratamento indevidamente expansivo, como se a especialização funcional fosse a única condição para assim caracterizar uma cidade. Elias (2011, p. 162) deixa claro que não é só isso, uma vez que “a cidade do agronegócio polariza amplo espaço agrícola dinâmico, é um centro urbano que organiza esse espaço”. Trata-se de

“um lugar central de uma Região Produtiva Agrícola, parte integrante das redes agroindustriais, reflexo, meio e condição para o funcionamento dessas” (ELIAS, 2011, p. 162).

Considerando isso, Campos Lindos polariza no segmento agrícola apenas o município vizinho de Goiatins. Na verdade, esse município é amplamente subordinado à cidade de Balsas, essa sim, uma verdadeira cidade do agronegócio, que atua vendendo máquinas, insumos, assistência técnica, abrindo filiais de empresas e seus fazendeiros expandindo os investimentos com a compra de terras em Campos Lindos.

Em situação semelhante se enquadra Lagoa da Confusão, que atrai diversos grupos econômicos, são cerca de 10 grandes empresas: John Deere, New Holland, Uniggel Sementes, Diamante Agrícola, Sul Goiano, Agrex do Brasil, Glecore, Produtécnica, Conexão Agrícola e Companhia de Distribuição Araguaia (CDA), mas polariza apenas uma cidade em seu entorno no segmento agrícola, Pium (MAPS 2019, BRASIL 2020b, NEW HOLLAND [ca. 2021], SUL GOIANO [ca. 2021], DIAMANTE [ca. 2021], JOHN DEERE [ca. 2021]). Essa cidade ainda não é capaz de organizar uma Região Produtiva Agrícola, nos termos de Elias (2011).

As três cidades que se pode dizer que são propriamente do agronegócio são Porto Nacional, Paraíso do Tocantins e Guaraí. Na primeira identificou-se a presença de 16 grupos econômicos ligados ao agronegócio, que operam desde o beneficiamento da produção, comercialização, financiamento, oferta de insumos, assistência técnica e máquinas agrícolas. Trata-se de uma infraestrutura voltada para atender a agricultura de soja, cana-de-açúcar e milho.

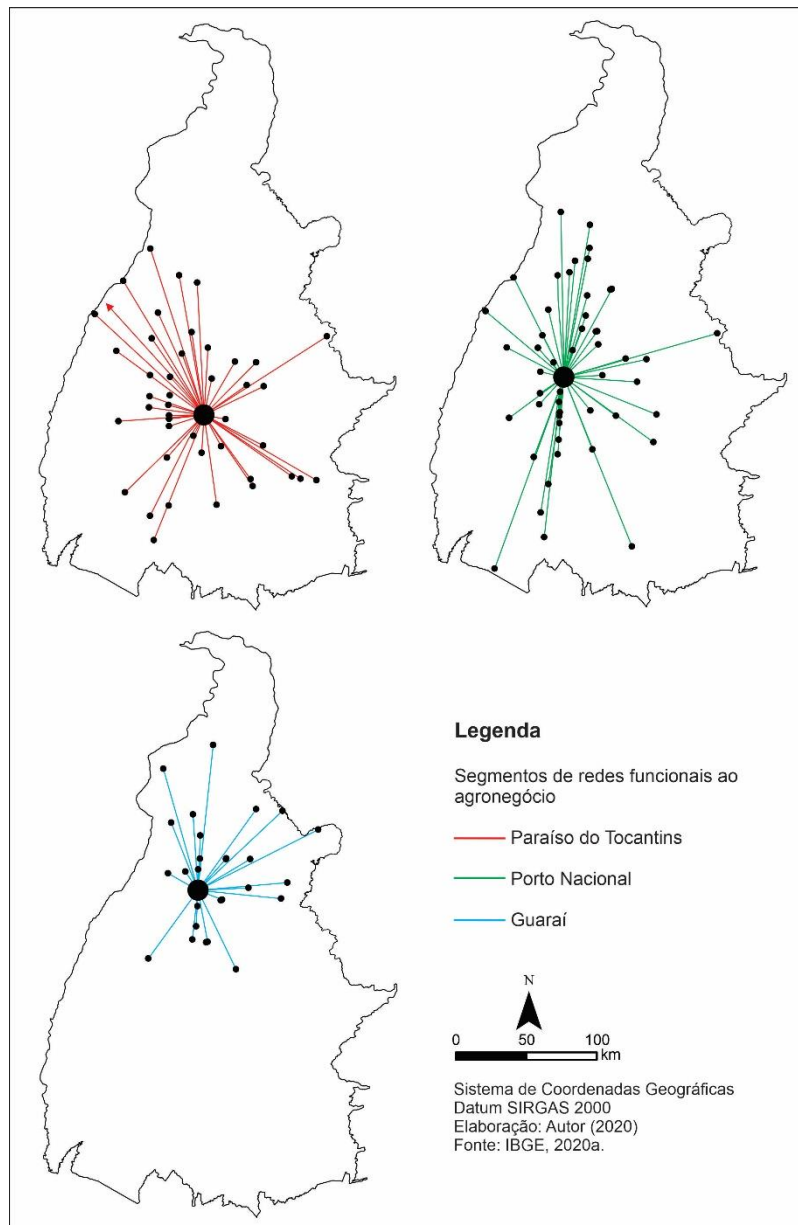
Nesse centro estão instaladas unidades da Bunge (escritório e armazém), Cargill (escritório e armazém), Fiagril (armazém), John Deere (concessionária de máquina), Agrale (concessionária de máquina), Stara (concessionária de máquina), Sul Goiano (escritório), EuroChem (fábrica de fertilizantes), Granol (armazém), Unicampo Máquinas (concessionária), GDM Genética do Brasil (escritório), Natical (exploração de calcário), DowDuPont (centro de pesquisa), Bayer (centro de pesquisa e distribuição de insumos) e Agrex do Brasil (armazém e transbordo) (MAPS 2019, ESTADÃO 2020, EXAME 2020, BRASIL 2020b, BRASIL 2020c).

Guaraí é a cidade do agronegócio no centro do estado do Tocantins, cuja especialização está voltada principalmente para atender a produção de grãos e cana-de-açúcar, acolhendo em seu território empresas como a Bunge, Amaggi, Agrex do Brasil, Foco Agro, Morgan, Agrofarm, UniAGRO, e concessionárias da John Deere e New Holland (MAPS 2019, BRASIL, 2020b, JOHN DEERE [ca. 2021], NEW HOLLAND [ca. 2021]).

Paraíso do Tocantins opera como polo do agronegócio mais diversificado do que as duas cidades anteriores, já que ela é uma referência tanto para agricultura, soja, cana-de-açúcar e milho, quanto para a produção bovina, gado de corte. Assim, ela acolhe em seu território nove grupos econômicos, entre eles um frigorífico da BRF, como visto. Ainda no segmento voltado para pecuária, há uma planta frigorífica da Plena Alimentos; uma loja da Terrafós; centro de distribuição e loja da Zoo Flora Nutrição Animal, cuja matriz é sediada na cidade de Anápolis; no tocante à agricultura, ressalta-se a presença da cooperativa paranaense Frísia, que possui armazém, um centro demonstrativo experimental e uma fazenda no município. Aliado a isso, há a oferta de máquinas agrícolas através de concessionárias da John Deere, Valtra e Jacto (MAPS 2019, BRASIL, 2020c, TERRAFÓS [ca. 2021], FRÍSIA [ca. 2021], ANIMAL [ca. 2021]).

A figura 3 ilustra a região dessas três cidades do agronegócio, demonstrando que Porto Nacional e Paraíso do Tocantins praticamente sobrepõem suas áreas de polarização, que estão situadas no centro-sul do estado, enquanto Guaraí, que tem uma influência mais reduzida, estende seu domínio nesse segmento nas porções centro-norte e leste do Tocantins. São fluxos e interações funcionais ao agronegócio de grãos, carne, cana-de-açúcar e milho, que oferecem máquinas, implementos, insumos, assistência especializada e compra da produção (IBGE, 2020a).

Figura 3 - Cidades pequenas do agronegócio no Tocantins e suas sub-regiões (2018).



Fonte - IBGE (2020a).

Por fim, destaca-se que as dinâmicas do agronegócio não apenas chegam aos centros sub-regionais, os agentes aí instalados, que não raramente possuem origem em outros estados, tomam iniciativas de criarem grupos locais que se consolidam no município e posteriormente se expandem para outras cidades e estados. Exemplo disso é a Agrofarm, fundada em 2003, no Guaraí, atua no financiamento da produção de grãos, comercialização de insumos, assistência técnica, armazenamento e exportação de grãos. Hoje possui filial em Paraisópolis do Tocantins e atua no sul do Pará e Maranhão.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades pequenas do Tocantins estabelecem hierarquia entre elas, de sorte que há os centros que assumem e disputam centralidades sub-regionais, ofertando uma gama mais variada e especializada de bens e serviços, inclusive com a atração de grandes redes varejistas regionais e nacionais; os centros com papéis zonais, influenciando somente municípios vizinhos, em algum segmento de

comércio ou serviço; e os centros locais, cuja centralidade não ultrapassa os limites municipais dada a precariedade dos bens e serviços ofertados.

São as cidades sub-regionais que assumem papéis de cidades do agronegócio. Três cidades se mostram efetivamente capazes de organizar as dinâmicas do agronegócio em importantes sub-regiões do Tocantins: Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Guaraí, as quais influenciam respectivamente 49, 41 e 28 municípios nesse segmento funcional (IBGE, 2020a). Além disso, essas três cidades atraem em conjunto cerca de 36 grandes grupos econômicos ligados ao agronegócio.

Se nessas cidades as dinâmicas do agronegócio têm efetivamente um impacto nas centralidades, interações espaciais e no estímulo ao processo de urbanização, o mesmo não se verifica nas cidades zonais e locais que possuem vultosos investimentos do capital agrícola moderno. Os casos de Lagoa da Confusão e Campos Lindos ilustram essa situação, apesar de ter forte especializações produtivas agrícolas, são incapazes de se tornarem se quer centros zonais, e, portanto, de organizarem as regiões produtivas agrícolas nas quais estão inseridos.

Por fim, os resultados apontam que as cidades pequenas de Tocantins perdem cada vez mais o controle sobre seus territórios, seja pela expansão do domínio das cidades médias ou pela instalação de poderosas multinacionais que passam a decidir os rumos de toda a produção local. A nova divisão territorial do trabalho aprofunda as interações espaciais dessas cidades, mas para melhor inseri-las nas múltiplas cadeias de extração de capital.

## REFERÊNCIAS

- AMAGGI. **Unidades AMAGGI**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://www.amaggi.com.br/sobre-a-empresa/nossa-atuacao/>. Acesso em: 09 fev. 2021.
- ARROYO, M. M. Redes e circulação no uso e controle do território. In: ARROYO, M; CRUZ, R. de C. A. da. **Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização**. São Paulo: Annablume, 2015. p. 37-50.
- BRASIL. Secretaria de Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais**. CBO 2002 família. Brasília, Ministério da Economia, 2019.
- BRASIL. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Relação de bases de distribuição de combustíveis líquidos autorizadas a operar**. Brasília, Ministério de Minas e Energia, 2020a.
- BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. **Cadastro de Empresas Importadoras**. Brasília, Ministério da Economia, 2020b.
- BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior. **Cadastro de Empresas Exportadoras**. Brasília, Ministério da Economia, 2020c.
- BOI BRASIL. **Logistics**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <http://www.boibrasil.ind.br/us/logistica>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- CASE IH. **Concessionário**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://www.caseih.com/latam/pt-br/concession%C3%A1rio>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- CHS. **South America Offices**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://www.caseih.com/latam/pt-br/concession%C3%A1rio>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, [S. l.], ano. 4, n. 6, p. 43-53, jan./jun. 1999.
- CORRÊA, R. L. A rede urbana brasileira e a sua dinâmica: algumas reflexões e questões. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: GAsPERR, 2001. p. 359-367.
- CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 05-12, 2011. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2011.74228>
- DIAMANTE. **Institucional**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://www.diamanteagricola.com.br/>. Acesso em: 09 fev. 2021.

- ELIAS, D. Ensaio sobre espaços agrícolas de exclusão. In: **Revista NERA**, ano 9, n. 8. Presidente Prudente, 2006. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.anpur.org.br/>. Acesso em: 09 jul. 2020. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>
- ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 504 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- ESTADÃO. **Ranking Estadão Empresas Mais**. São Paulo: Estadão, 2020. Disponível em: <https://publicacoes.estadao.com.br/empresasmais>. Acesso em: 19 abr. 2020.
- EXAME. **Melhores e maiores: as 400 empresas do agronegócio em 2020**. São Paulo: Exame, 2020. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/400-maiores-do-agronegocio-4/>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- FIAGRIL. **Unidades**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://novaagri.com.br/>. Acesso em: 09 fev. 2021.
- FRESCA, T. **Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias**. Revista Mercator, Fortaleza, n. esp., p. 75-81, dez, 2010. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator>. Acesso em: 10 jun. 2020. <https://doi.org/10.4215/RM2010.0920.0005>
- FRÍSLIA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. **Unidades de negócio**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://www.frisia.coop.br/nossos-negocios.html#nossos-negocios>. Acesso em: 09 fev. 2021.
- GRANOL. **Onde estamos**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <http://www.granol.com.br/>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2020a.
- IBGE. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- IBGE. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: [https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao\\_do\\_territorio/divisao\\_regional/arranjos\\_populacionais/arranjos\\_populacionais.pdf](https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/arranjos_populacionais/arranjos_populacionais.pdf). Acesso em: 21 jul. 2020.
- IBGE. **Ligações rodoviárias e hidroviárias 2016**. Rio de Janeiro, 2017.
- IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2018**. IBGE: Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- IBGE. **Pesquisa da pecuária municipal**. IBGE: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- IBGE. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 ago. 2020a.
- IBGE. **População estimada-2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 jul. 2020b.
- IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios-2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 dez. 2020c.
- JOHN DEERE. **Onde comprar**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://www.deere.com.br/pt/index.html>. Acesso em: 09 fev. 2021.
- LOJAS AMERICANAS. **Lojas e Centros de distribuição**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://ri.lasa.com.br/lojas>. Acesso em: 09 jul. 2020.
- LOJAS AVENIDAS. **Nossas Lojas**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://www.avenida.com.br/nossas-lojas>. Acesso em: 09 fev. 2021.



MASTER Boi. **Institucional**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <http://www.masterboi.com.br/>. Acesso em: 09 fev. 2021.

MAPS, Google. **Street View 2019**. Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps>. Acesso em: 19 abr. 2020.

NEW HOLLAND. **Encontre um concessionário**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://agriculture.newholland.com/pt-br/Pages/dealer-locator.aspx>. Acesso em: 12 jan. 2021.

NOSSO LAR. **Nossas lojas**. [S. l.]: [ca. 2020]. Disponível em: <https://www.lojasnossolar.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2020.

NOVO MUNDO. **Lojas rede novo mundo**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://www.novomundo.com.br/institucional/nossas-lojas>. Acesso em: 09 fev. 2021.

NOVA AGRI. **Nossa história**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://novaagri.com.br/>. Acesso em: 09 fev. 2021.

PAGUE MENOS. **Nossas Lojas**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://institucional.paguemenos.com.br/lojas>. Acesso em: 09 jul. 2020.

QUARTETTO SUPERMERCADOS. **Quem somos**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://www.quartetto.com.br/>. Acesso em: 09 jul. 2020.

REOLON, C. A. **Produção industrial e comando do capital no Brasil: uma análise espacial**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

ROMA, C. M. Segregação socioespacial interurbana: uma hipótese? **Revista Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 31, p. 111-132, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/264>. Acesso em: 20 dez. 2020.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2014.

SCHOR, T. et al. Notas sobre a tipificação da rede urbana na calha do Rio Solimões, Amazonas. In: ENANPUR, XII, 2007, Belém. **Anais...** Belém, PA, 2007. P. 1-13.

SOARES, B. R. et al. Dinâmica urbana na bacia do Rio Araguari (MG) – 1970-2000. In: LIMA, S. do C.; SANTOS, R. J. dos (Org.). **Gestão Ambiental da bacia do Rio Araguari – rumo ao desenvolvimento sustentável**. Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia; Brasília: CNPq, 2004. p. 125-161.

SODRÉ, R. **Interações espaciais entre cidade média e pequenas cidades: um estudo de Araguaína-TO, Campos Lindos-TO, Carolina-MA e São Geraldo do Araguaia-PA**. 2016. 238 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

SODRÉ, R.; RAMIRES, J. C. L. Contribuições ao estudo de cidades médias: Araguaína, Gurupi e Palmas, no Tocantins. **Novos cadernos NAEA**, v. 20. n. 1, p. 169-188, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2301>. Acesso em: 09 ago. 2020. <https://doi.org/10.5801/ncn.v20i1.2301>

SPOSITO, M. E. B. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaço em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

SPOSITO, M. E. B. Globalização, consumo e papéis intermediários de cidades médias no Brasil. In: SANFELIU, Carmen Bellet; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Las ciudades medias o intermédias en un mundo globalizado**. Lleida: Universitat de Lleida, 2009a. p. 41-69.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE; UFPA; COMOVA, 2009b.

- SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Revista redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização*. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-61, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/index>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. (Org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 123-145.
- SPOSITO, M. E. B. Olhando de vários pontos de vista o processo de urbanização e a rede urbana. In: SUERTEGARY, Maria Antunes et al (Org.). **Geografia e conjuntura brasileira**. Rio Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 185-211.
- SUL GOIANO. **Quem somos**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <http://sulgoianoagro.com.br/index.php/quem-somos-2/>. Acesso em: 09 fev. 2021.
- TERRAFÓS. **A terrafos**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <http://www.terrafos.com.br/>. Acesso em: 09 fev. 2021.
- TOCANTINS. **Mapa rodoviário 2020**. Agência de transporte e obras, Palmas, 2020.
- TOCANTINS. **Relatório dos 50 maiores contribuintes internos do ICMS em arrecadação do exercício de 2016**. Secretaria da Fazenda, Palmas, 2016.
- UNIAGRO inaugura nova loja em Guaraí e expande atuação no mercado tocantinense. **AF Matopiba**, 12 ago, 2019. Disponível em: <https://matopibaagro.com.br/>. Acesso em: 10. ago. 2020.
- ZOO FLORA NUTRIÇÃO ANIMAL. **Unidades**. [S. l.]: [ca. 2021]. Disponível em: <https://www.zooflora.com.br/>. Acesso em: 09 fev. 2021.

---

Recebido em: 01/06/2021

Aceito para publicação em: 23/09/2021